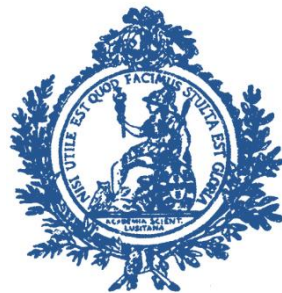


Adriano Moreira

**A ANARQUIA DOS CONCEITOS
E
A EXIGÊNCIA DA SEGURANÇA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

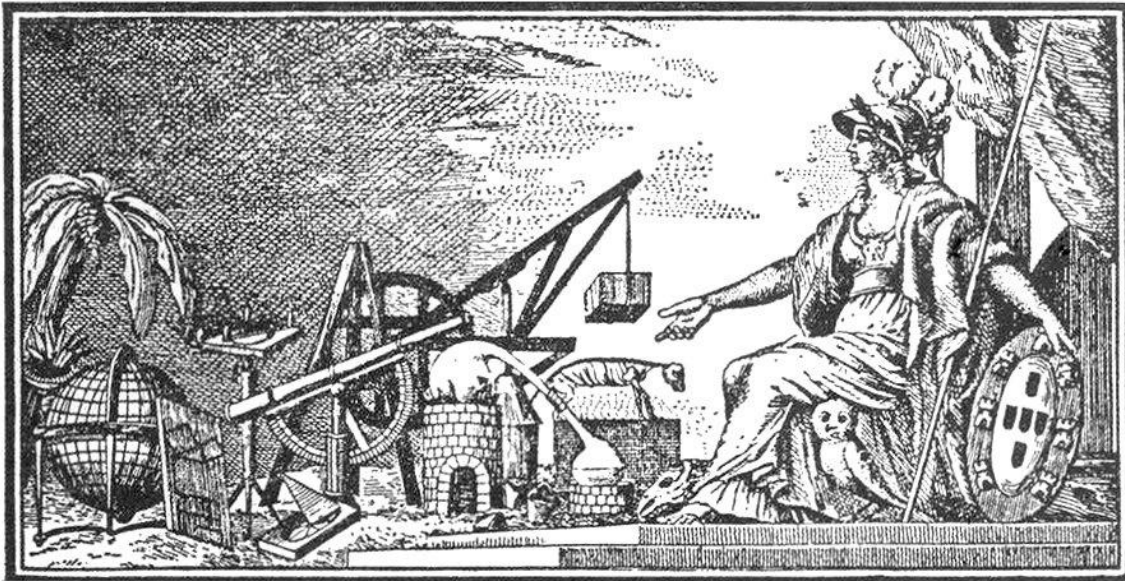
Adriano Moreira

A ANARQUIA DOS CONCEITOS
E
A EXIGÊNCIA DA SEGURANÇA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



A ANARQUIA DOS CONCEITOS E A EXIGÊNCIA DA SEGURANÇA

ADRIANO MOREIRA

Terminada a guerra fria, derrubado o Muro de Berlim, terminado o meio século da ordem dos Pactos Militares e a nebulosa situação de paz impossível e guerra improvável que Aron tinha diagnosticado, a interrogação que se tornou dominante não foi a de saber como organizar finalmente a paz global, foi mais a de procurar descortinar se a nova ordem seria pós-americana ou mais claramente anti-americana, como se o desaparecimento do inimigo a leste desse um novo carácter ao aliado principal contra as ameaças e desastres do passado.

Ficaram paradigmáticos estudos como o de Ivan Krastev que previu o século XXI, em que estamos, como o “século antiamericano”, um diagnóstico que os

neoconservadores que deram assistência ao Presidente Bush inverteram no sentido do desastroso unilateralismo.

Não parece discutível que o desastre neoconservador desmentiu as esperanças mal fundadas de um fim da história que os factos remeteram para o arquivo, mas, como de hábito, a evolução que esses factos iniciaram também não acolheu a previsão de Fareed Zakharia no sentido de que estaremos a entrar num “mundo pós americano”¹.

A expressão e o texto remetiam para uma revisão do passado, que terminara em 1989 (Muro de Berlim) como se a URSS não tivesse sido um Estado Director em igualdade na regência participada da ordem militar, e como se os ocidentais tivessem ganho a guerra fria em vez de simplesmente não a terem perdido, por ter ocorrido a dissolução interna do regime soviético.

Mas já merece maior adesão a conclusão de Fareed La Karia de que os nossos dias seriam marcados pelos poderes emergentes – China, Índia, Rússia, África do Sul, Brasil –, quando ainda as brilhantes mentes dos economistas ocidentais dirigiam e aclamavam o globalismo financeiro que conduziu ao desastre global sem responsáveis assumidos, porque todas as autoridades científicas em exercício, algumas experientes das governações e supervisões que se articularam com o sistema que desfuncionou, esgotou saberes e energias com a definição de prospectivas sombrias, com inteiro apagamento da memória de intervenções passadas.

Mas há uma vertente do exame de Lakaria que merece destaque, e convida a alguma ousadia de correcção.

De facto, parecendo dominado pelo conceito clássico da *soberania* e pelos factos variáveis das *supremacias*, entende promover a narrativa do que poderemos chamar declínio saxónico, lembrando que o desafio colocado à supremacia de Inglaterra foi o económico, e que o desafio enfrentado pelos Estados Unidos é político, avisadamente pondo em causa qualquer unilateralismo de superpotência sobrevivente, que não preste atenção à urgência de ter parcerias, de consolidar alianças, para lidar com os poderes emergentes, estes a caminho dos modelos das sociedades da abundância, do consumismo, do orgulho nacional, do poder efectivo.

¹ Pierre Hassner, *Uma ordem internacional pós-americana ou neo-rooseveltiana?*, in *A procura da Grande Estratégia, de Roosevelt a Obama*, Tinta da China, Lisboa, MMX, Coordenação de Mário Mesquita, Sara Pina, Susana Neves, Fundação Luso-Americana. Fareed Lakaria, *O Mundo Pós-Americano*, Gradiva, Lisboa, 2008.

O que não lhe ocorreu, aparentemente, na brilhante análise, foi lidar com o conceito integrador do *Ocidente*, este visto como uma unidade de contornos suficientemente vinculados pelo passado de domínio sobre o que chamou *resto do mundo*, e que agora fala com voz própria no teatro global sem governança, sem hegemonias unilaterais, e todos geralmente vítimas dessa falta de vozes inspiradoras e directoras das convergências, dos interesses comuns, e de uma ética de responsabilidade partilhada.

O mesmo Pierre Hassner, na sua contribuição para a definição do que foram chamadas as *80 idées-forces pour entrer dans le 21.^o Siècle*, procurou demonstrar que a tese do “choque das civilizações” é uma visão falsa do futuro da humanidade.² Escrevia assumidamente contra Samuel Huntington, considerando simplista entender que o século XIX foi o do conflito das Nações, que o século XX foi o do conflito das ideologias, e que o século XXI teria aquelas definições dos conflitos em que “a fé e a família, o sangue e as crenças” se tornariam nos valores pelos quais os homens aceitariam morrer.

As dúvidas que vai semeando, colocam em discussão se a Europa não é também muçulmana, se a religião é um elemento fundamental das identidades, e se era plausível que a linha de fractura entre sete ou oito grupos civilizacionais implicariam reagrupamento em torno de um pequeno número de Estados, por exemplo os EUA para a área atlântica, a Rússia para a área ortodoxa.

A proposta parece ser a de afectar o conflito das civilizações pelo facto de que “a guerra moderna está substituída pelo massacre das populações ou pela violência conhecida como modo de vida. À guerra unicamente técnica das sociedades burguesas parece opor-se o regresso à barbárie, enquadrada pela decomposição ao mesmo tempo dos quadros tradicionais e pelas tentativas de instaurar o Estado moderno nos espaços crescentes das periferias.”³

É pois de salientar que toda a problemática desenvolvida sobre o choque das civilizações não se despega da consideração de que o Estado, embora forçado a reconhecer incapacidades que o levam a alienar funções para a sociedade civil,

² Pierre Hassner, *La thèse du “choque des civilisation” est une vision fautive de l’avenir de l’humanité*, in *Le Nouvel État du Monde*, La Découverte, Paris, 1999, pg. 54

³ P. Hassner, *La violence et la Paix: de la bombe atomique au nettoyage ethnique*, Esprit, Paris, 1995. Huntington, *Le Choc des Civilisations*, Odile Jacob, Paris, 1997. B. Badie, *Un Monde sans souveraineté*, Fayard, Paris, 1999.

e capacidades soberanas para redes internacionais, continua a ser a referência fundamental de todo o debate. O clássico Jacques Chevalier insistiu em que, “num mundo em que os pontos de referência se apagam, ou as certezas desaparecem, o Estado continuará, e sem dúvida por longo tempo, o princípio fundamental de integração das sociedades e o lugar privilegiado de formação da identidade colectiva”.⁴

Parece evidente que, nesta meditação, o recurso ao *Estado* procura responder simultaneamente a *identidades culturais* ou a *identidades multiculturais*, de que teria exemplos de viabilidade variável, como na própria Europa acontece no primeiro caso com Portugal e com a França, mas acontece no segundo caso, por exemplo, na Espanha, na Bélgica, no Reino Unido, podendo ainda salientar-se que o regionalismo crescente, dinamizado na estrutura da União Europeia pela Comissão das Regiões, estimula o aprofundamento das *identidades* em relação à unidade europeia em progresso.

O que tudo aponta para a necessidade de esclarecer o conteúdo variável do conceito de Estado, quando o *globalismo* sem governança multiplica um multiculturalismo de nova espécie, quer pelas migrações descontroladas que fracturam as identidades das populações que vivem no território de antigos Estados nacionais, e que tudo implica, como é brilhantemente exposto por François Jullien, que o diálogo entre as culturas afronta a vocação universalista da cultura ocidental, que parece ser tocada pelo equívoco de “confundir o universal com a uniformização dos modos de vida e de valores”.⁵

Este fenómeno, que implica não apenas com o teor das relações entre soberanias em mudança, mas também com o teor das relações internas das sociedades civis clássicas que se transformam em plurais, sugere que a *falta ou exiguidade de governança* seja uma característica crescente do processo de mudança, que a referência ao Estado seja imposta pela experiência passada, mas que a reorganização das soberanias se encaminha para *regionalizações* de que a União Europeia é paradigma, e sobretudo para o facto de que a *segurança* é o valor posto em causa na dimensão desgovernada do globalismo, que este não está suficientemente garantido contra a ruptura que se chama *guerra*, interna ou internacional, sem paradigmas de referência comum a todas as áreas culturais que entrem em contacto, ou às variadas formas do interculturalismo que se multiplicou, ou às fragilidades das fronteiras geográficas que as fronteiras da

⁴ Jacques Chevalier, *Même allégé de certaines fonctions, L'État reste un cadre privilégié de régulation politique des sociétés*, in *Le nouvel état du monde*, cit., pg. 148.

⁵ François Jullien, *O diálogo entre as culturas – Do universal ao multiculturalismo*, Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

pobreza e das migrações subverteram. E assim temos uma problemática complexa que inclui o reconhecimento das *identidades*, o *respeito* pelas diferenças culturais e a *tolerância* pelos comportamentos diferenciados, a reformulação do Estado pelos regionalismos que ultrapassou as semelhanças e as debilidades, a necessária identificação das áreas culturais mais abrangentes, que não ignoram o peso da história e das memórias dos passivos das suas supremacias findas, como aconteceu com o colonialismo, que não ignoram que, nesta forma de encontro em que todas as cultura falam em nome próprio, o Ocidente é ainda considerado o grande agressor dos tempos modernos, como vão demonstrando graves conflitos militares e tormentas internas dos países de áreas envolvidas nessa anarquia. Sem descurar ou fragilizar os esforços no sentido de conseguir a *paz para os nossos dias*, a segurança é um patamar global indispensável, mas o Ocidente tem essa exigência evidente na sua conjuntura: não são apenas os EUA que precisam de o entender.

Sem tal segurança, não terão o êxito necessário as tarefas dirigidas no sentido de conseguir a Paz pelo Diálogo das Culturas que desde 2001, por persistência de Kofi Annan, é um tema mundial, sendo de recordar que foi já em 1998, quando não era previsível o 11 de Setembro, que a Assembleia da ONU proclamou a necessidade desse diálogo, e foi em 2003, na Global Ethic Foundation, actualmente presidida pelo notável Hans Küng, que o mesmo ilustre Secretário Geral da ONU organizou a conferência sobre Uma Ética Global, sem a qual não haveria segurança que evitasse a ruptura da paz.

O mesmo Hans Küng, assumindo com lucidez a questão hoje decorrente do Islão, vai propondo soluções pragmáticas, não ideológicas, de modo a passar da *imagem hostil* à *imagem da esperança*, em busca da fundamentação, que é possível, de uma ética mundial, como foi doutrinado por ocasião do Parlamento Mundial das Religiões de 1999, na Cidade do Cabo.⁶

Por tudo, a convicção de que sem confiança não é possível a segurança, e sem esta não é possível evitar a ruptura da paz, é necessário assumir também que a realidade do Ocidente, com o condicionalismo histórico que não pode ser herdado a benefício de inventário, se impõe como unidade a considerar na questão da segurança, ultrapassando o limitado e ultrapassado conceito da NATO, que será sempre uma memória viva da capacidade ocidental.

⁶ Hans Küng, *Islão*, Edições 70, 2010, pg. 733.

Os tempos não são favoráveis aos unilateralismos, não recomendam ignorar as afinidades essenciais, nem ignorar exigências de um mundo novo para o qual passados hegemônicos são hoje irrecuperáveis. Mas para quem aceite que são as culturas e não os poderes que têm a vocação da eternidade, a segurança é a plataforma indispensável para dar o passo em frente do encontro colaborante, da troca de modelos, do enriquecimento mútuo, do globalismo com governança e paz. Temos, portugueses, uma contribuição importante para o património imaterial da Humanidade, e recebemos sem benefício de inventário a nossa história. Mas não é possível que a segurança desse património seja um objectivo ignorado pelo pequeno país que está entre os mais responsáveis por essa emergência que se chama Ocidente no mundo global. Não é por ser autor e parcela de ética global que se busca definir para benefício de todos os países, que qualquer país ocidental pode julgar que a sua própria segurança é um esforço dispensado pelo esforço e risco de outros. O globalismo, como interdependência, é também obra nossa, embora tenhamos menos parte no seu desgoverno, mas grande parte nas interdependências que todos os povos estão a sofrer. Na reorganização temos interesse, e também responsabilidade inalienável. Não apenas pela voz autorizada. Também pela participação querida e não negada. A segurança ocidental é um dever de todos os países ocidentais, uma responsabilidade de todos os governos, uma contribuição irrecusável para finalmente definir e fazer vigorar o novo paradigma ético mundial. Temos certamente uma palavra cujo poder deve ser usado contra todas as forças que ignorem ou contrariem a evidência de que a segurança é a base da paz. O ofício dos militares é evitar a guerra. Os recursos e os meios para garantirem a segurança que a evite, não podem ser postos em causa. Salvo pela alternativa da desistência.

Autonomizar a segurança o Ocidente não significa, nem deve confundir-se, com uma espécie de união de etnia branca contra o resto do mundo circundante, procurando ter sempre presente que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é sobretudo de origem ocidental.

Tem que ver com o que Kun chama a *imagem do inimigo*, que não é apenas utilizada pelos neoconservadores, que foi fundamental durante a guerra de 1939-1945, e durante a guerra fria, e que agora se traduziria em colocar os muçulmanos no lugar dos soviéticos, tal como os extremistas muçulmanos ousam contra os ocidentais.

Trata-se em primeiro lugar de uma concepção do mundo e da vida, de uma identidade a salvaguardar em territórios e áreas culturais que pretendem o

respeito pela igual dignidade de modelos de comportamento e interesses que proclamam e aceitam o encontro pacífico das civilizações.

Aceitam que sem paz entre as religiões não haverá paz no mundo, entendem que sem paz no mundo não haverá desenvolvimento sustentado geral. Chegamos à concepção da Terra casa comum dos homens, dos interesses comuns da humanidade, de responsabilidades repartidas pelos usos dos avanços da ciências e da técnica.

Sabemos, por experiência dolorosa, do passivo que também é registado pela narrativa da nossa história ocidental, que sem confiança não é possível tornar efectiva a ética mundial que servirá de paradigma à nova governança global a organizar, e aprendemos que sem segurança efectiva não é viável viabilizar a confiança em que assenta qualquer espécie de diálogo construtivo. E também sabemos, pela mesma experiência registada pela narrativa da nossa história, que é necessário que todas as religiões retirem Deus do campo de batalha, para que um paradigma ético comum presida à organização de uma governança mundial pacífica. Regresso à conclusão que Portugal tem um lugar insubstituível num programa que liga a segurança à confiança, a confiança ao diálogo, o diálogo à paz. É um dever, e também um interesse irrenunciável.

(Comunicação apresentada a
6 de Julho de 2010)